ISSN: 2358-8829

SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES: O ESTADO DA ARTE ENTRE O ADOECIMENTO E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA (2014-2025)

Deyze da Silva Ferreira [1]
Ernesto Guevara Leal Maniçoba [2]

INTRODUÇÃO

O cenário contemporâneo do trabalho sob a égide da acumulação flexível e da ideologia neoliberal tem reconfigurado profundamente as dinâmicas socioprofissionais, convertendo atividades outrora humanizadoras em vetores primordiais de desgaste, sofrimento e adoecimento psíquico. No panorama global, os dados epidemiológicos refletem a gravidade dessa crise estrutural: a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU) sinalizam que aproximadamente 1 bilhão de pessoas convivem com algum transtorno mental. No âmbito laboral, estima-se que transtornos como a depressão e a ansiedade sejam responsáveis pela perda anual de 12 bilhões de dias de trabalho, gerando um prejuízo econômico da ordem de 1 trilhão de dólares por ano para a economia mundial (ONU, 2022; OMS, 2022; Farias, 2023). Mais do que meras métricas financeiras, tais indicadores revelam a dimensão avassaladora do sofrimento humano decorrente do modelo produtivo vigente.

No campo educacional, essa problemática assume contornos dramáticos. O escopo da revisão sistemática conduzida por Ferreira (2025), ao cartografar o estado da arte sobre a saúde mental docente a partir dos mapeamentos da literatura na Educação Básica (Machado & Cecílio, 2023) e no Ensino Superior (Soares & Rossetto, 2023), demonstra que o professorado brasileiro atravessa um processo continuado de

[1] Pedagoga, Psicóloga, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Especialista em Psicologia Clínica Histórico-Cultural pelo Instituto LevHC, Especializanda em Neuropsicologia Histórico-cultural pelo Instituto LevHC e Faculdade UnyPública, psideyzeferreira@gmail.com ;
[2] Licenciado em Física, Engenheiro de Energia, Mestre em Energia Elétrica pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Doutorando em Energia Elétrica pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Docente Adjunto de Engenharia de Energias Renováveis na Universidade Tecnológica do Uruguai – UTEC, ernesto.leal@utec.edu.uy ;

esgotamento e desorganização psíquica. A função docente, historicamente associada à mediação do conhecimento e à formação emancipatória do ser social, encontra-se encurralada entre expropriações de direitos, exigências exacerbadas de desempenho e o desmonte das condições objetivas do fazer pedagógico.

A problemática central reside na contradição gritante entre a elevada responsabilidade social atribuída à profissão docente (a quem se exige, reiteradamente, a resolução de lacunas estruturais, sociais e familiares do público estudantil) e a desvalorização sistemática expressa em arrochos salariais, jornadas exaustivas e perda de autonomia. Soma-se a essa equação a escassez histórica de políticas públicas efetivas voltadas à prevenção primária, ao tratamento humanizado e à promoção da saúde mental nas redes públicas e privadas de ensino (Machado & Cecílio, 2023). O sofrimento do professor tem sido frequentemente relegado ao silenciamento institucional ou à medicalização individualizante, eximindo o Estado e os empregadores de suas responsabilidades organizacionais.

O objetivo deste artigo é mapear, sintetizar e discutir as evidências científicas produzidas sobre a saúde mental dos professores da Educação Básica e do Ensino Superior entre 2014 e 2025, analisando tanto as determinações materiais do adoecimento quanto as estratégias de resistência pedagógica e os recentes avanços normativos no Brasil. Para tanto, a análise organiza-se em três eixos teóricos e empíricos: a sintomatologia e o impacto pandêmico; os desafios estruturais e o produtivismo; e o autocuidado coletivo respaldado pelas Leis nº 14.681/2023 e nº 14.819/2024.

A relevância social deste debate ultrapassa as fronteiras da saúde ocupacional individual. O adoecimento psíquico do professor atinge diretamente o cerne do projeto educacional do país: compromete a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, gera altos índices de absenteísmo, provoca o abandono da carreira, e enfraquece a gestão democrática da escola e da universidade pública e privada. Diante disso, compreender a anatomia desse adoecimento é o primeiro passo para a construção de horizontes coletivos de transformação e emancipação no trabalho docente.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza teórica e analítico-interpretativa, de abordagem qualitativa, pautada no método do Materialismo

Histórico-Dialético. Do ponto de vista do delineamento técnico, o trabalho estrutura-se a partir da integração dialética entre uma revisão sistemática da literatura e uma análise documental-integrativa das produções científicas nacionais sobre a saúde mental e as condições de trabalho de professores brasileiras publicadas entre 2014 e 2025.

A constituição do corpus analítico operou-se em dois níveis complementares:

Estudo de Referência Estruturante: Tomou-se como eixo condutor a revisão sistemática da literatura conduzida por Ferreira (2025), a qual mapeou e avaliou 28 artigos científicos indexados nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC) e Redalyc.

Expansão e Cotejamento Empírico: Para ampliar o escopo analítico e garantir a triangulação das evidências, os achados da revisão sistemática foram cotejados e sintetizados com 11 investigações adicionais presentes no estado da arte nacional no mesmo recorte temporal. Esse acervo complementar abrangeu artigos científicos publicados em periódicos com qualificação editorial (Qualis/CAPES), pesquisas de campo quanti-qualitativas, dissertações e teses da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e relatórios oficiais de órgãos públicos e epidemiológicos.

A recuperação da literatura científica fundamentou-se no uso de descritores padronizados registrados nos vocabulários controlados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS-Psi) e nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), associados a termos livres recorrentes na área de Psicologia e Educação. Foram aplicadas combinações com os operadores booleanos AND e OR: ("Saúde Mental Docente" OR "Adoecimento Docente" OR "Sofrimento Psíquico") AND ("Trabalho do Professor" OR "Precarização" OR "Intensificação do Trabalho") AND ("Educação Básica" OR "Ensino Superior") AND ("Autocuidado Coletivo" OR "Psicologia Escolar").

Como critérios de inclusão foram utilizados os seguintes indicadores:

- Artigos científicos completos, dissertações e teses publicados em língua portuguesa entre janeiro de 2014 e maio de 2025;
- Pesquisas empíricas (quantitativas, qualitativas ou de estudo de caso) e ensaios teóricos cujo objeto central abordasse a saúde mental, o adoecimento ocupacional ou o mal-estar de professores da Educação Básica ou Superior no Brasil;
- Trabalhos que discutissem abertamente as condições organizacionais de trabalho, os processos de medicalização ou as estratégias coletivas de resistência e autocuidado.

Já como critérios de exclusão, considerou-se:

- Publicações duplicadas entre as plataformas de busca;
- Trabalhos centrados exclusivamente na saúde psíquica do público discente sem articulação com a atividade docente;
- Estudos estritamente biologizantes ou focados em ensaios clínicos individuais sem contextualização com as condições socioinstitucionais de trabalho.

A seleção e a categorização do material bibliográfico seguiram um protocolo sistemático dividido em quatro etapas:

1. Triagem Inicial: Leitura flutuante dos títulos e resumos das publicações identificadas para verificar a aderência ao objetivo do estudo;

2. Avaliação de Elegibilidade: Leitura na íntegra dos textos selecionados e verificação quanto aos critérios de rigor metodológico;

3. Fichamento Analítico: Sistematização das informações em matrizes organizacionais contendo: autor(es), ano de publicação, periódico/instituição, abordagem teórica, objetivos, procedimentos metodológicos, principais resultados empíricos e conclusões;

4. Compilação de Dados Quantitativos e Qualitativos: Extração e tabulação de indicadores epidemiológicos recorrentes — tais como prevalência de Transtornos Mentais Comuns (TMC), índices de depressão, ansiedade, Síndrome de Burnout e percentuais de medicação psicofarmacológica — para subsidiar as discussões analíticas.

O tratamento e a interpretação do corpus fundamentaram-se na crítica metodológica do Materialismo Histórico-Dialético. Esse enquadramento permitiu ir além da mera descrição das frequências numéricas ou sintomas clínicos, apreendendo o sofrimento psíquico docente em sua historicidade, nas contradições entre o capital e o trabalho e nas mediações socioinstitucionais.

Para a apresentação e discussão dos resultados, a análise organizou-se analiticamente sob três eixos temáticos centrais:

- Eixo 1: Percepções docentes sobre sofrimento psíquico e adoecimento: problematizando as manifestações clínicas (ansiedade, depressão, Burnout, queixas somáticas), o distanciamento entre engajamento profissional e esgotamento, e a crítica à medicalização do sofrimento enquanto estratégia de contenção institucional;

- Eixo 2: Desafios estruturais, institucionais e organizacionais: analisando os vetores de precarização laboral, a intensificação das jornadas, o produtivismo acadêmico/gerencial, a perda de autonomia e o fenômeno do "trabalho impedido";
- Eixo 3: Estratégias de autocuidado coletivo, resistência e intervenções institucionais: investigando os limites das saídas individuais ("ideologia da resiliência"), a ressignificação do autocuidado como práxis política e coletiva, a atuação da Psicologia Escolar Crítica e as diretrizes de amparo trazidas pela Lei nº 14.681/2023 e pela Lei nº 14.819/2024.

REFERENCIAL TEÓRICO

A apreensão rigorosa dos fenômenos que envolvem a saúde mental docente exige a superação de concepções biologizantes, nosológicas e individualizantes do sofrimento psíquico. O adoecimento mental não pode ser reduzido a um arranjo neuroquímico disfuncional ou a uma falha na capacidade individual de adaptação ao estresse. Torna-se imperioso adotar matrizes teóricas críticas que situem o trabalho como a categoria ontológica central da práxis humana, apreendendo o sofrimento psíquico como expressão das contradições sociais e materiais que regem o modo de produção capitalista.

O Trabalho entre a Hominização e a Alienação (Marx, Engels, Vigotski e Leontiev)

O trabalho, em sua gênese ontológica, constitui a atividade vital e intencional pela qual o ser humano transforma a natureza para satisfazer suas necessidades, transformando a si mesmo no próprio processo. Conforme sustentam Marx (2013) e Engels (2004), foi exatamente a mediação pelo trabalho que possibilitou o salto ontológico da condição pré-humana para a condição humana, ou seja, o processo de hominização. Sob essa perspectiva, o trabalho figura como o centro organizador da vida social, o espaço de construção da identidade, do pertencimento e do desenvolvimento das potencialidades humanas (Antunes, 2011).

Contudo, sob a égide do modo de produção capitalista e da racionalidade neoliberal, o trabalho sofre uma perversão estrutural. A força de trabalho docente é convertida em mercadoria, e a atividade pedagógica, despojada de seu sentido social emancipatório, torna-se "trabalho estranhado" ou alienado (Antunes, 2011; Franco, 2020). O professor perde o controle sobre os meios, o ritmo e o produto do seu trabalho,

sendo submetido a imperativos de produtividade e lucratividade estranhos às reais necessidades humanas e educacionais.

A Teoria Histórico-Cultural, desenvolvida por Vigotski (2001), oferece subsídios fundamentais para compreender os desdobramentos desse processo na psique humana. Para Vigotski, as funções psicológicas superiores (percepção, emoção, pensamento, memória voluntária, atenção, consciência, linguagem, imaginação e ação voluntária) são constituídas e transformadas a partir das relações sociais e da mediação cultural desenvolvida no coletivo. Quando o ambiente de trabalho é marcado pela exploração, opressão e individualismo, ocorre uma fratura na constituição da personalidade do trabalhador.

Aprofundando essa análise, a Psicologia histórico-cultural aponta que a crise na saúde mental ocorre quando há uma ruptura radical entre o *sentido pessoal* que o docente atribui à sua prática (a formação, o afeto, a emancipação do aluno) e o *significado social* imposto pelas instituições neoliberais (o cumprimento de metas métricas, a burocracia, a acumulação de produtos) (Facci et al., 2017; Silva & Tuleski, 2015). Essa dissociação entre "o que se faz" e "o porquê de se fazer" desintegra a estrutura psíquica do sujeito, convertendo o trabalho, que deveria ser fonte de satisfação e realização, em vetor primário de desumanização, angústia e alienação (Netto, 2020).

Precarização Docente, Psicodinâmica e Práxis Pedagógica (Saviani, Dejours e Clot)

A compreensão crítica da saúde docente no Brasil fundamenta-se também na Pedagogia Histórico-Crítica, formulada por Dermeval Saviani, que preconiza a defesa intransigente da função social da escola pública como espaço de socialização do conhecimento sistematizado. A investida neoliberal, ao precarizar as condições objetivas das instituições e redefinir o papel do professor para o de mero cumpridor de tarefas e gestor de aprendizagens padronizadas, ataca diretamente a essência da práxis pedagógica (Saviani, 2021).

Para analisar a vivência subjetiva diante dessa precarização, os referenciais da Psicodinâmica do Trabalho (Dejours, 1987) e da Clínica da Atividade (Clot, 2007) são indispensáveis. Dejours demonstra que o trabalho nunca é neutro em relação à saúde psíquica: ele pode ser estruturante e promotor de saúde ou patogênico e desestruturador. A transição do *sofrimento criativo*, no qual o trabalhador mobiliza sua inteligência prática e autonomia para transformar a organização do trabalho e superar os obstáculos reais,

para o *sofrimento patogênico* ocorre precisamente quando a margem de negociação e a autonomia são bloqueadas pela rigidificação das regras e pela pressão institucional.

Diante do sofrimento patogênico, os professores passam a adotar estratégias defensivas, individuais ou coletivas, com o fito de suportar a dor psíquica sem desmoronar. Conforme evidenciam Oliveira (2021) e Antunes (2019), tais defesas desdobram-se em mecanismos bastante específicos no cotidiano acadêmico e escolar:

- A negação da dor, o isolamento socioprofissional e a exigência de demonstrar invulnerabilidade;
- O uso de recursos financeiros próprios para a aquisição de materiais de trabalho que deveriam ser fornecidos pela instituição (Oliveira, 2021);
- A ênfase exclusiva nos aspectos positivos do trabalho para mascarar o constrangimento e o sofrimento institucional diante dos pares (Oliveira, 2021);
- A realização de atividades acadêmicas no tempo livre, nos finais de semana e nas férias para dar conta das metas estipuladas;
- O descredenciamento voluntário de programas de pós-graduação *stricto sensu* como tática desesperada de fuga da pressão produtivista (Antunes, 2019);
- A culpabilização individual e a naturalização do desgaste físico e mental (Queiroz, 2021).

Embora essas defesas permitam a continuidade imediata das atividades laborais, elas funcionam como anestésicos provisórios que mascaram as contradições reais, impedindo a mobilização coletiva e a transformação das condições objetivas de trabalho (Oliveira, 2021). A Clínica da Atividade (Clot, 2007) reforça que a impossibilidade de realizar um trabalho de qualidade ("trabalho impedido") é uma das fontes mais cristalinas do sofrimento contemporâneo, culminando no esgotamento da subjetividade docente.

A articulação coerente dessas matrizes críticas permite constatar que o adoecimento psíquico docente não se constitui como uma fraqueza individual, mas sim como um sintoma objetivo da crise de reprodução do capital sobre as instituições educativas. Essa base conceitual estabelece o alicerce para a exploração detalhada dos dados empíricos dispostos nos eixos analíticos a seguir.

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise empreendida a partir das produções acadêmicas e revisões sistemáticas do período de 2014 a 2025 (com destaque para os levantamentos de Machado & Cecílio, 2023; Soares & Rossetto, 2023; Ferreira, 2025) viabiliza a categorização dos resultados em três eixos estruturantes. Essa divisão em eixos complementares permite apreender o fenômeno na sua totalidade, contemplando desde as manifestações sintomáticas na subjetividade docente até os determinantes de ordem macroestrutural e os caminhos de superação legal e institucional.

Eixo 1: Percepções, Sintomatologia e Sofrimento Psíquico Docente

A literatura científica nacional mapeada no período entre 2014 e 2025 revela a alarmante prevalência e incidência de nosologias psíquicas graves no cotidiano de professores brasileiros, atuantes tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior (Machado & Cecílio, 2023; Soares & Rossetto, 2023). Dentre as manifestações mais relatadas pelos pesquisadores, destacam-se a Depressão, o Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG), a Síndrome do Pânico, a Síndrome de Burnout (esgotamento profissional), o Estresse Crônico e os Transtornos Mentais Comuns (TMC) (Azevedo, 2017; Tostes et al., 2018; Carmo, 2019; Alexandre et al., 2022). O mapeamento bibliométrico conduzido por Aquino, Lira e Rodrigues (2020) confirma a expansão continuada do interesse científico sobre a saúde mental docente a partir de 2016, refletindo o agravamento progressivo do desgaste ocupacional da categoria.

Em termos empíricos quantitativos, o estudo transversal conduzido por Tostes et al. (2018) com 1.021 professores da rede pública estadual do Paraná fornece números alarmantes sobre a extensão desse sofrimento na Educação Básica: foram identificados distúrbios psíquicos menores em 75% da amostra, sintomas de ansiedade em 70% e quadros depressivos em 44%. O estudo demonstrou haver associação estatisticamente significativa entre tais sintomas e o sexo feminino, o acúmulo de outras morbidades, o ato de levar trabalho para casa e a atuação no ensino fundamental.

Complementarmente, a pesquisa de Moreira e Rodrigues (2018) sobre o absenteísmo-doença em um município do Rio Grande do Sul revelou que 50% das licenças-saúde concedidas aos docentes decorreram de transtornos mentais e comportamentais (CID-10), com predomínio de episódios depressivos leves e graves

associados à violência escolar, sobrecarga por falta de efetivo e infraestrutura precária. No Ensino Superior, a Síndrome de Burnout surge como uma categoria de adoecimento cujas intervenções institucionais permanecem altamente subjetivas e desarticuladas, uma vez que a organização acadêmica tende a desconsiderar a gênese estrutural do esgotamento (Ferreira & Pezuk, 2021).

Para além das categorias diagnósticas formais, as pesquisas revelam um quadro difuso e avassalador de sofrimento, marcado por insônia, fadiga crônica, irritabilidade, perda do sentido do trabalho, desânimo severo, zumbido no ouvido e dependência crescente de medicação psicotrópica para suportar as jornadas laborais (Moura, 2018; Netto, 2020).

O quadro sintomático, já bastante deteriorado ao longo da última década, encontrou um ponto de inflexão crítico com a eclosão da pandemia de COVID-19 a partir de 2020. O fenômeno foi caracterizado pelas entidades de saúde como instaurador de uma "segunda pandemia", focada precipuamente na saúde mental (COFEN, 2022). O advento do Ensino Remoto Emergencial (ERE) impôs a necessidade de uma "reinvenção docente" abrupta, desacompanhada, na maioria esmagadora dos casos, do suporte infraestrutural, tecnológico e formativo por parte das redes e instituições públicas e privadas (Pereira et al., 2020; Amando et al., 2022).

Estimativas oficiais da OMS e da OPAS citadas pelo COFEN (2022) e por Amando et al. (2022) apontam um aumento global de cerca de 25% na prevalência de ansiedade e depressão apenas no primeiro ano da pandemia. A literatura evidencia que a mediação tecnológica forçada promoveu uma invasão sem precedentes do espaço privado e doméstico do professor pelo trabalho. Professores viram-se obrigados a utilizar recursos próprios (computadores, internet, smartphones) e a responder a solicitações de alunos e gestores em horários inapropriados, anulando as fronteiras entre o tempo de trabalho e o tempo de vida (Pereira et al., 2020; Oliveira, 2021). O acúmulo das tarefas profissionais com o trabalho doméstico e o cuidado com a família, que incidiu de forma acentuadamente desigual sobre as professoras mulheres, resultou na elevação drástica das afecções psíquicas, agravando o quadro de afastamentos e licenças-saúde (COFEN, 2022; Amando et al., 2022).

A tabela a seguir sintetiza a relação entre as manifestações de sofrimento psíquico identificadas e os condicionantes do cotidiano escolar:

TRANSTORNOS E SINTOMAS IDENTIFICADOS	FATORES NO COTIDIANO DOCENTE
DEPRESSÃO E DESÂNIMO SEVERO	Desvalorização social e profissional; baixos salários; falta de perspectiva na carreira; sentimento de impotência diante da aprendizagem e da indisciplina.
TRANSTORNO DE ANSIEDADE GENERALIZADA (TAG) E INSÔNIA	Extensão da jornada para o espaço doméstico; necessidade contínua de preparação de aulas e correção de avaliações no tempo livre; exigência de atingimento de metas e prazos escassos.
SÍNDROME DE BURNOUT (ESGOTAMENTO PROFISSIONAL)	Sobrecarga extrema de trabalho; turmas superlotadas; acúmulo de funções burocráticas e administrativas que extrapolam o papel pedagógico; assédio moral e cobrança por produtividade.
SÍNDROME DO PÂNICO E TRANSTORNO DE ESTRESSE CRÔNICO	Violência no ambiente escolar; falta de segurança física; conflitos intensos; ambiente de trabalho hostil e destituído de suporte social e de gestão.
TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS (TMC) E SOMATIZAÇÕES	Precarização da infraestrutura física; ruído acústico inadequado; flexibilização de vínculos contratuais; ausência de tempo para convivência social e lazer.

Fonte: Elaboração própria com base em Tostes et al. (2018), Moura et al. (2019), Netto (2020), Luz & Lisbôa (2022) e Machado & Cecílio (2023).

Eixo 2: Desafios Estruturais, Precarização e Produtivismo Acadêmico

As investigações empíricas convergentes demonstram que o adoecimento docente não é um dado fortuito, mas sim o resultado direto das transformações efetuadas pelo modelo neoliberal no aparelho de Estado e na gestão da educação (Jeffrey, 2012; Moura et al., 2019). A promulgação do "Estado-mínimo" para as políticas sociais traduziu-se no contingenciamento de gastos públicos, na desregulamentação dos direitos trabalhistas historicamente conquistados (Gomes & Cruz, 2022) e na introdução de modelos de gestão empresarial focados em metas, controle e métricas de desempenho.

Na Educação Básica, mapeamentos da produção acadêmica como o de Silva (2021) evidenciam a centralidade dos estudos sobre precarização das condições de trabalho entre 2010 e 2020. A degradação do fazer pedagógico materializa-se na precariedade das instalações físicas, na escassez de materiais, no arrocho salarial que obriga a multiplicação de vínculos e na elevação do número de estudantes por turma (Luz & Lisbôa, 2022; Alexandre et al., 2022). No setor privado, a revisão de Cálido et al. (2021) indica que a pressão mercadológica e a insegurança contratual geram patologias análogas às da rede pública, marcadas por estresse, angústia e depressão.

Ademais, discute-se o fenômeno da "autonomia relativa" ou "de baixa intensidade" vivida pelos docentes (Campos, 2018; Campos & Viegas, 2021). Embora persista uma margem de liberdade restrita "da porta da sala de aula para dentro", as diretrizes curriculares engessadas, as avaliações de larga escala e os projetos de cerceamento ideológico (como o movimento "Escola Sem Partido") retiram a capacidade de autogestão da prática pedagógica, gerando alienação e impotência (Campos, 2018).

No âmbito do Ensino Superior e da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, a precarização assume a roupagem sofisticada e altamente destrutiva do produtivismo acadêmico (Moura, 2018; Netto, 2020; Soares & Rossetto, 2023). Sob a lógica da mercantilização universitária, a avaliação institucional realizada por órgãos reguladores, como a CAPES, passou a priorizar critérios estritamente quantitativos, mensurando o valor do pesquisador quase exclusivamente pelo volume de artigos em periódicos de alto impacto (Spink & Alves, 2011; Moura, 2018).

Os dados quantitativos levantados no Ensino Superior revelam a gravidade desse cenário:

- No estudo de Queiroz (2021), identificou-se um crescimento vertiginoso nas licenças médicas de docentes universitários federais entre 2005 e 2019, saltando de 2.954 para 9.257 afastamentos, dos quais 45% decorreram diretamente de transtornos mentais e comportamentais.
- Na pesquisa desenvolvida por Moura (2018) com docentes de pós-graduação da Unimontes, 64,1% dos professores declararam ter desenvolvido problemas de saúde após o ingresso na pós-graduação e 66,7% relataram o uso frequente de medicação psicotrópica.
- Investigações como a de Macedo (2017) na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e a de Andrade (2018) nas instituições privadas comprovam que o processo

de saúde-doença docente é forjado por jornadas intensificadas, precarização dos vínculos e cobrança implacável por metas de publicação.

Essa lógica impõe uma rotina árdua de trabalho que atinge a saúde psíquica do docente universitário através de mecanismos específicos:

Intensificação da Jornada: Acúmulo desmedido de aulas na graduação e pós-graduação, orientações de dissertações e teses, chefias administrativas, captação de recursos e pareceres *ad hoc* (Moura, 2018; Soares & Rossetto, 2023).

Erosão da Qualidade pela Métrica Quantitativa: Submissão do tempo da escrita e da reflexão rigorosa à urgência do "publicar ou perecer" (*publish or perish*), o que empobrece a produção do conhecimento e gera "trabalho impedido" (Spink & Alves, 2011; Clot *apud* Soares & Rossetto, 2023).

Estímulo à Competição Individualista: Estímulo à concorrência entre pares por editais de fomento e bolsas de produtividade, em detrimento do trabalho coletivo solidário, corrompendo os laços de sociabilidade e gerando isolamento, assédio moral e desconfiança (Antunes, 2019; Netto, 2020; Oliveira, 2021).

Estudos como os de Netto (2020) e Antunes (2019) denunciam a vigência de um "adoecimento silenciado" nas universidades: docentes recusam-se a participar de pesquisas sobre saúde mental ou a admitir o sofrimento por receio de punições veladas, estigmatização da vulnerabilidade ou perda de prestígio acadêmico. A responsabilidade pelo êxito ou pelo fracasso é inteiramente transferida para o indivíduo, eximindo o sistema universitário mercantilizado de sua responsabilidade na produção da opressão psíquica (Antunes, 2019; Queiroz, 2021).

Eixo 3: Autocuidado Coletivo, Resistência e Marcos Legais (Leis nº 14.681/2023 e nº 14.819/2024)

Diante do quadro de adoecimento difuso, a literatura acadêmica é categórica ao tecer uma crítica contundente às saídas puramente individuais e psicologizantes do problema. Estratégias puramente defensivas (como o isolamento voluntário, a negação da dor, o uso indiscriminado de psicofármacos sem alteração das condições laborais ou o descredenciamento individual de programas de pós-graduação) não passam de cuidados paliativos que reforçam a alienação e mantêm intactas as estruturas exploratórias (Antunes, 2019; Oliveira, 2021; Queiroz, 2021).

Frente a isso, emerge a defesa intransigente de estratégias de autocuidado coletivo e da reorganização da práxis política da categoria. O autocuidado não pode ser confundido com práticas individualistas de bem-estar comercializadas pelo mercado neoliberal. Trata-se, isto sim, do restabelecimento dos vínculos de solidariedade profissional, da criação de espaços institucionais de escuta compartilhada (como rodas de conversa) e, fundamentalmente, do engajamento na luta sindical e política para exigir das autoridades públicas e privadas o cumprimento das condições dignas de trabalho (Moura et al., 2019; Antunes, 2019). A resistência pedagógica manifesta-se no ato de transformar o sofrimento individual em ação política coletiva direcionada à transformação da realidade material.

No âmbito institucional e normativo, o Brasil registrou avanços jurídicos de extrema relevância com a promulgação de duas legislações federais que reconfiguram a gestão da saúde mental docente:

- Lei nº 14.681, de 23 de agosto de 2023: Institui a *Política Nacional de Acolhimento e Apoio aos Profissionais da Educação*, cujo foco central é garantir ações diretas de proteção, escuta qualificada e acolhimento preventivo aos trabalhadores das redes públicas e privadas de ensino, combatendo o assédio, a violência e o isolamento funcional.
- Lei nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024: Estabelece a *Política Nacional de Atenção à Saúde Mental nas Instituições de Ensino*, vinculando a saúde mental das comunidades escolares e universitárias (docentes, estudantes e técnicos) a obrigações institucionais permanentes de prevenção primária, identificação precoce de riscos psicossociais e encaminhamento adequado para a rede de saúde.

A promulgação desses marcos legais representa uma vitória histórica dos movimentos da educação e da saúde ocupacional, pois preenche exatamente a lacuna histórica identificada por Machado e Cecílio (2023), a saber, a escassez de políticas públicas institucionais voltadas à prevenção, ao tratamento e à promoção da saúde mental docente. As novas leis retiram o adoecimento do campo do debate estritamente privado e obrigam o Estado e as mantenedoras de ensino a assumirem a gestão da saúde psíquica como política pública continuada.

Para a efetividade real dessas leis, a literatura e a prática profissional apontam diretrizes institucionais concretas que devem ser urgentemente implementadas:

Constituição de Equipes Multiprofissionais: Inclusão de psicólogas(os) e assistentes sociais nas redes de ensino e universidades pública e privada, dedicados exclusivamente à saúde do trabalhador, atuando na mediação de conflitos e no suporte preventivo, sem funções pedagógico-disciplinares sobre os alunos.

Reestruturação Organizacional do Trabalho: Revisão imediata dos critérios de produtividade da pós-graduação e limitação real da carga horária de aulas e tarefas burocráticas na Educação Básica, garantindo o cumprimento estrito do terço da jornada destinado à hora-atividade dentro do ambiente de trabalho.

Criação de Comissões Permanentes de Saúde Ocupacional: Garantia de espaços paritários de gestão da saúde nas escolas e universidades, compostos por docentes e gestores, com poder deliberativo para diagnosticar riscos ambientais/psicossociais e propor alterações nas rotinas institucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A síntese do estado da arte sobre a saúde mental docente entre 2014 e 2025 confirma a tese de que o adoecimento psíquico de professores e professoras brasileiras não é um acontecimento acidental ou um problema circunscrito à esfera individual de vulnerabilidade biológica. Trata-se de um sintoma estrutural e ontológico das transformações do capital e da implementação contínua de políticas neoliberais de precarização, intensificação e mercantilização da educação, que atingem brutalmente desde a Educação Básica até a Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

Ao fundamentar o debate nos pressupostos do Materialismo Histórico-Dialético, da Teoria Histórico-Cultural, da Psicodinâmica do Trabalho e da Pedagogia Histórico-Crítica, este estudo demonstrou que a superação da crise na saúde mental docente exige a desconstrução das estratégias de individualização do sofrimento. O trabalho alienado, destituído de seu sentido emancipatório e colonizado pela lógica do produtivismo, fragmenta a psique e compromete a integridade do professor. A saída para esse ciclo patogênico não se encontra na resignação, na medicalização passiva ou em arranjos defensivos individuais, mas sim na restauração do coletivo, na solidariedade entre os pares e na organização política junto aos sindicatos e movimentos sociais.

A sanção e a regulamentação das Leis nº 14.681/2023 e nº 14.819/2024 abrem um horizonte normativo promissor e inédito no Brasil, superando a omissão estatal

denunciada pela literatura acadêmica recente. Contudo, o texto legal, por si só, não garante a transformação objetiva das escolas e universidades. É premente que os órgãos gestores da educação e da saúde pública, bem como as instituições privadas, aloquem recursos orçamentários concretos para a criação de equipes multiprofissionais, para a reformulação dos sistemas produtivistas de avaliação (com destaque para a CAPES) e para a garantia de condições materiais dignas de trabalho.

Estudos futuros devem acompanhar sistematicamente a implementação dessas políticas públicas nos municípios e estados, bem como aprofundar as investigações sobre os impactos das novas tecnologias digitais e do trabalho de plataformas na saúde psíquica docente. Finaliza-se este trabalho reafirmando que humanizar o trabalho docente é a condição *sine qua non* para assegurar o direito fundamental do professor à saúde e, por extensão, garantir à sociedade o acesso a uma educação pública, gratuita, inclusiva e de efetiva excelência científica e humana.

Palavras-chave: Saúde Mental Docente; Psicologia Escolar e Educacional; Trabalho e Sofrimento; Autocuidado Coletivo.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Thaís Brito; CRUZ, Erislene Rayanne Moreira; ALMEIDA, Luana Mara Pinheiro; CARNEIRO, Stânia Nágila Vasconcelos. Fatores de Risco do Trabalho Docente Associados a Impactos na Saúde Mental do Professor. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 46, p. 1-8, 2022. Disponível em: https://www.paho.org/journal. Acesso em: 12 fev. 2026.

AMANDO, Maria do Socorro da Silva Pereira; RODRIGUES, Francisco Alex; SILVA, Sara Paixão da; MENDES, Marianne Louise Marinho. Saúde psicológica docente em tempos de pandemia: uma breve revisão da literatura. *In*: **Educação, Trabalho e Saúde: Caminhos e Possibilidades em Tempos de Pandemia**. Guarujá: Científica Digital, v. 1, p. 102-112, 2022.

ANDRADE, L. A. S. **Saúde do trabalhador docente no ensino superior privado sob a perspectiva da Psicologia Social**. 2018. 180 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

ANTUNES, J. C. **O sofrimento mental contemporâneo na universidade: a perspectiva docente**. 2019. 145 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo**: Boitempo**, 2011.

AQUINO, Larissa Queiroz Azevedo de; LIRA, Pamella Silva; RODRIGUES, Patrícia Alana de Oliveira. Saúde mental no trabalho docente: Uma análise dos artigos publicados de 2016 a 2020. **Revista Amazônia Science & Health**, v. 8, n. 4, p. 70-81, 2020.

AZEVEDO, C. A. **Trabalho intensificado e os transtornos mentais comuns em docentes de uma universidade pública na Bahia**. 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2017.

BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem (COFEN). **Brasil vive uma segunda pandemia, agora na Saúde Mental**: Quadros de ansiedade e depressão aumentaram após a pandemia de covid-19. Brasília: COFEN, 2022. Disponível em: http://www.cofen.gov.br. Acesso em: 18 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.681, de 23 de agosto de 2023. **Institui a Política Nacional de Acolhimento e Apoio aos Profissionais da Educação**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 14 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024. **Estabelece a Política Nacional de Atenção à Saúde Mental nas Instituições de Ensino**. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 14 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **OMS divulga Informe Mundial de Saúde Mental: transformar a saúde mental para todos**. Biblioteca Virtual em Saúde, Brasília, 2023. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br. Acesso em: 10 fev. 2026.

CÁLIDO, Carolina Moreira; POLIDORIO, Maria Luiza; LEMOS, Pedro Lemos; REBOLO, Flavinês. A Saúde dos professores da Educação Básica no Brasil: Uma revisão de literatura**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes – UNIGRANRIO**, v. 1, n. 23, p. 01-21, 2021.

CAMPOS, Marlon Freitas de. **Trabalho docente e saúde mental: um estudo com professores e professoras da rede pública estadual**. 2018. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2018. Disponível em: https://repositorio.unisc.br. Acesso em: 15 jan. 2026.

CAMPOS, Marlon Freitas de; VIEGAS, Moacir Fernando. Saúde Mental no Trabalho Docente: um estudo sobre autonomia, intensificação e sobrecarga. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 28, n. 2, p. 45-62, 2021.

CARMO, G. B. **Transtorno mental comum e predição para transtorno de ansiedade em docentes de uma universidade pública**. 2019. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). **Brasil vive uma segunda pandemia, agora na Saúde Mental**: quadros de ansiedade e depressão aumentaram

após a pandemia de covid-19. Brasília, DF: COFEN, 2022. Disponível em: http://www.cofen.gov.br. Acesso em: 10 abr. 2026.

CLOT, Y. (2007). **Trabalho e sentido do trabalho**. In: P. Falzon (Org.), Ergonomia (pp. 265-280). São Paulo: Edgard Blücher.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez-Oboré, 1987.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. São Paulo: Global, 2004.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias et al. Uso de medicamentos ou medicalização dos professores? Uma discussão sobre as relações de trabalho e adoecimento. In: FACCI, Marilda Gonçalves Dias; URT, Sonia da Costa (org.). **Precarização do trabalho, adoecimento e sofrimento do professor**. Teresina: EDUFPI, 2017. p. 101-112.

FARIAS, Erika. **Alertas globais chamam a atenção para o papel do trabalho na saúde mental**: apesar do crescente debate em espaços laborais, tema ainda é cercado de estigmas. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) / EPSJV, 2023.

FERREIRA, Deyze da Silva. **Saúde mental de professores: uma revisão sistemática de literatura sobre percepções, desafios e estratégias de autocuidado**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Psicologia Escolar e Educacional) – Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI), Natal, 2025.

FERREIRA, Elizabete Cazzolato; PEZUK, Julia Alejandra. Síndrome de Burnout: um olhar para o esgotamento profissional do docente universitário. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, v. 26, n. 2, p. 483-498, jul. 2021.

FRANCO, F. et al. O sujeito e a ordem de mercado: gênese teórica do neoliberalismo. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 47-75.

GOMES, Pedrina Viana; CRUZ, Shirlei de Pereira Silva da. Produção acadêmica sobre as condições de trabalho docente na América Latina (2000-2020). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 103, n. 265, p. 675-696, 2022.

JEFFREY, D. C. A constituição do gerencialismo na educação brasileira: implicações na valorização dos profissionais da educação. **Revista Exitus**, Santarém, v. 2, n. 2, p. 161-184, jul./dez. 2012.

LUZ, Dulcinéia Antunes de Mello da; LISBÔA, Carin Otilia Kaefer. A Saúde Mental dos professores da Rede Pública que atuam no Ensino Médio: Uma contribuição do fazer da Psicologia. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, Florianópolis, v. 14, n. 41, p. 19-37, 2022.

MACEDO, A. F. R. **Processo saúde-doença do docente de universidade pública: inquietações sobre o sofrimento psíquico na UFU**. 2017. 135 f. Dissertação (Mestrado

em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

MACHADO, Maria das Graças de Carvalho; CECÍLIO, Sálua. Adoecimento psíquico de professores: mapeamento e breve análise da literatura no período de 2018 a 2023.1. *In*: **Trabalho Docente e Saúde Mental**. Uberaba: UNIUBE, p. 15-32, 2023.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOREIRA, Daniela Zanoni; RODRIGUES, Maria Beatriz. **Saúde mental e trabalho docente**. Estudos de Psicologia, Natal, v. 23, n. 3, p. 236-247, 2018.

MOREIRA, Daniela Zanoni; RODRIGUES, Maria Beatriz. Saúde mental e trabalho docente. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 23, n. 3, p. 236-247, jul./set. 2018.

MOURA, A. A. V. **Desdobramentos da crise estrutural do capital no trabalho docente: a intensificação e o adoecimento**. 2018. 220 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MOURA, Juliana da Silva; RIBEIRO, Júlia Cecília de Oliveira Alves; NETA, Abília Ana de Castro; NUNES, Claudio Pinto. A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v. 19, n. 40, p. 01-17, 2019.

NETTO, A. M. L. **Adoecimento dos docentes de pós-graduação stricto sensu - um estudo de caso: as influências da mercantilização do ensino superior neste adoecer**. 2020. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020.

OLIVEIRA, G. B. Estratégias e mecanismos de defesa no trabalho de docentes do ensino superior brasileiro na perspectiva da psicodinâmica do trabalho. 2021. 115 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – **ENSP/Fiocruz**, Rio de Janeiro, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) / ONU NEWS. **1 bilhão de pessoas vivem com algum transtorno mental, afirma OMS**. Nova York: ONU News, 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **World Mental Health Report: Transforming Mental Health for All**. Geneva: World Health Organization, 2022.

PEREIRA, Hortência Pessoa; SANTOS, Fábio Viana; MANENTI, Mariana Aguiar. Saúde Mental de Docentes em Tempos de Pandemia: Os Impactos das Atividades Remotas. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 3, n. 9, p. 26-32, 2020.

QUEIROZ, V. B. **Possibilidades de enfrentamento ao adoecimento do professor universitário**. 2021. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021.

RODRIGUES, Francisco Alex; AMANDO, Maria do Socorro da Silva Pereira; SILVA, Sara Paixão da; MENDES, Marianne Louise Marinho. Saúde psicológica docente em

tempos de pandemia: uma breve revisão da literatura. In: **Educação, trabalho e saúde: caminhos e possibilidades em tempos de pandemia**. Guarujá: Científica Digital, 2022. v. 1, p. 102-112.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

SILVA, M. A. S.; TULESKI, S. C. Patopsicologia Experimental: abordagem histórico-cultural para o entendimento do sofrimento mental. **Estudos de Psicologia**, v. 20, n. 4, p. 207-216, 2015.

SILVA, Osni Oliveira Norberto da. Condições de trabalho docente na Educação Básica: uma análise da produção acadêmica – 2010 a 2020. **Revista Uniaraguaia**, Goiânia, v. 16, n. 3, p. 158-166, set./dez. 2021.

SOARES, Nandra Martins; ROSSETTO, Elisabeth. Saúde mental e o trabalho docente no ensino superior: um estudo documental a partir de publicações stricto sensu. **Revista Educere Et Educare**, v. 18, n. 45, p. 1-25, 2023.

SPINK, P. K.; ALVES, M. A. O campo turbulento da produção acadêmica e a importância da rebeldia competente. **Organizações & Sociedade**, v. 18, n. 57, p. 329-342, 2011.

TOSTES, Maiza Vaz; ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti de; SILVA, Marcelo José de Souza e; PETTERLE, Ricardo Rasmussen. Sofrimento mental de professores do ensino público. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 116, p. 87-99, jan./mar. 2018.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. A formação social da mente. 6. ed. São Paulo: **Martins Fontes**, 2001.